

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.410.516 - RS (2018/0323047-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : NESTOR TOSS
ADVOGADO : MAXIMILIANO EVARISTO DE CASTRO LUCCHESI -
RS0078562
AGRAVADO : UNIMED NORDESTE RS SOCIEDADE COOP DE SERV
MÉDICOS LTDA
ADVOGADO : CÁSSIO AUGUSTO VIONE DA ROSA - RS050660

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 283, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. PLANO DE SAÚDE. COPARTICIPAÇÃO DO USUÁRIO EM VALORES PERCENTUAIS. PREVISÃO CONTRATUAL CLARA E EXPRESSA. POSSIBILIDADE.

1) Trata-se de ação de indenização através da qual a parte autora postula o pagamento de danos materiais e morais, em razão da negativa de cobertura de despesas médicas pela operadora, julgada parcialmente procedente na origem.

2) APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - É aplicável o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de seguro, na medida em que se trata de relação de consumo, consoante traduz o artigo 3º, §2º do CDC. Inteligência da Súmula 608 do STJ.

3) No caso em comento, a parte autora foi diagnosticada com neoplasia maligna do cólon (CID C 18.9) necessitando de cirurgia e tratamento quimioterápico. Alega que a operadora negou o pagamento de doze sessões de quimioterapia, além de materiais especiais utilizados nos procedimentos cirúrgicos realizados.

4) REGIME DE COPARTICIPAÇÃO - O artigo 16 da Lei nº. 9.656/98, no inciso VIII, estabelece que o regime de coparticipação é perfeitamente válido, uma vez que decorre em uma diminuição do custo do seguro ou da mensalidade do plano, por meio de franquias ou limites financeiros das coberturas.

5) A conduta da operadora, na hipótese dos autos, de cobrar 20% dos materiais

cirúrgicos e das sessões de quimioterapia tem respaldo na lei de regência e não implica em restrição exagerada ao consumidor. Precedente do STJ.

DUPLA APELAÇÃO. APELO DA RÉ PROVIDO. APELO DO AUTOR PREJUDICADO

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 307/315, e-STJ).

Nas razões do recurso especial, o agravante alega, além de divergência jurisprudencial, violação ao art. 1.022 do Código de Processo Civil.

Argumenta, em suma, que o Tribunal não se manifestou acerca da alegação de que o plano de saúde não comprovou que as cobranças realizadas correspondiam, efetivamente, a somente 20% (vinte por cento) dos gastos com serviços e materiais médicos.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 368/380, e-STJ.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 382/389, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

O recurso não merece prosperar, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou expressamente em relação à matéria sobre a qual o agravante aponta ter havido omissão.

Com efeito, a Corte estadual, à vista dos elementos fático-probatórios constantes dos autos, refutou a alegação de ilegalidade na cobrança da parcela de coparticipação, nos seguintes termos (fls. 290/291, e-STJ):

Ocorre que a requerida negou-se a custear o tratamento na sua totalidade alegando que o contrato entabulado prevê a coparticipação, não havendo se falar em ilegalidade na cobrança, visto que de acordo com as disposições contratuais, bem como com o artigo 16, inciso VIII, da Lei Federal n. 9.656/98.

A matéria em discussão diz respeito à cobrança de coparticipação do segurado no tratamento do Câncer de Cólon, referente ao tratamento quimioterápico e aos materiais especiais utilizados nos

procedimentos cirúrgicos realizados no autor indicados pelo médico assistente.

Consoante se verifica do contrato (Tabela de Coparticipação - fls. 53 e 82), há previsão expressa de cobrança de coparticipação de 20% para hipótese de fornecimento de órteses e próteses ligadas ao ato cirúrgico, bem como para sessões de quimioterapia.

Importa referir que o Código de Defesa do Consumidor não proíbe a cobrança de coparticipação em procedimentos dos beneficiários de planos de saúde. Da análise do caso dos autos, conclui-se que a requerida cobrou do autor o valor de R\$ 13.340,05 (...), sendo R\$ 2.298,12 (...) referente à sessões de quimioterapia, R\$ 299,00 (...) referente à dreno de Blake e reservatório, R\$ 10.232,38 (...) referente aos materiais como agulha para radiofrequência e reservatório J-Vac, utilizados no procedimento cirúrgico, R\$ 510,00 (...) referente a material afastador de fígado utilizado em procedimento cirúrgico, conforme recibos de fls. 16/23.

Considerando que o autor realizou vários procedimentos em razão da moléstia que o acomete, que do conjunto probatório constante dos autos não se pode auferir o valor total dos procedimentos realizados, mas tão somente os valores cobrados do autor a título de coparticipação; que o autor não apresenta irresignação quanto ao percentual cobrado, mas sim quanto a coparticipação em si, não se vislumbra ilegalidade na cobrança.

Afasta-se a alegação de ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil, se ausente a omissão apontada pelo recorrente, nos termos do seguinte julgado:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. ACORDO SEM ANUÊNCIA DA PARTE CREDORA. REPARAÇÃO DEVIDA. ART. 1.022 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. JUROS DE MORA. CITAÇÃO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do artigo 1022 do CPC/2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

(...)

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1266220/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/9/2018, DJe 18/9/2018)

Por fim, saliento que, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, “não há se falar em dissídio jurisprudencial com relação ao entendimento firmado em acórdão embargado quanto à existência ou não de ofensa ao disposto no artigo 1.022 do CPC/2015, pois a verificação de ocorrência ou não dos vícios elencados no dispositivo processual depende das circunstâncias particulares do caso concreto” (AgInt no AREsp 1288655/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/9/2018, DJe 21/9/2018).

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora